

# **A associação protetora da infância desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX**

*Alessandra Frota Martinez de Schueler\**

---

---

## **Resumo:**

O presente trabalho aborda a história da construção das escolas primárias municipais, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1870, bem como a participação da *Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida* (1871), criada por políticos, professores, médicos, advogados e intelectuais da Corte imperial, com o fim de promover a instrução e educação primárias das crianças pobres, livres e libertas, da cidade. Temáticas como história da infância, escolarização, assistência, educação e instrução constituem as principais preocupações deste ensaio.

**Palavras-chave:** escolas públicas; associação; história

## **Abstract:**

The present paper approaches the construction of elementary public schools history, in Rio de Janeiro city, about 1870, and over there, the participation of the *Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida* (1871), created by politics, teachers, doctors, lawyers and intellectuals from imperial Court, with the end to promote the elementary instruction and the education for the poor children from city. Themes how childhood history, scholarship, assistance, education and instruction composes the principal preoccupations of this essay.

**Key-words:** public schools; association; history

---

\* Doutoranda em Educação Brasileira (Universidade Federal Fluminense)  
Fone: (21) 610-2062

Era o dia 07 de setembro de 1870. Na Freguesia de Santana, inaugurava-se a pedra fundamental do edifício da Escola de São Sebastião, construído pela Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, com o auxílio e a subvenção do então Ministro do Império, Paulino Soares de Souza.

A ocasião foi marcada pela presença solene de D. Pedro II, acompanhado de autoridades importantes como o Ministro do Império, o Governador do Bispado, Monsenhor Felix Maria de Albuquerque, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Antonio Ferreira Vianna, além do engenheiro responsável pela obra, o Dr. José Antonio da Fonseca Lessa. Vereadores e “demais pessoas de distinção” compareceram ao lançamento da pedra fundamental, a qual foi coberta por uma “caixinha de madeira encerrada por outra de chumbo contendo uma cópia do Auto, da Constituição Política do Império do Brasil e as moedas metálicas do Império.”<sup>1</sup>

No ano seguinte, em 22 de maio de 1871, a Câmara Municipal celebrava o lançamento da pedra da Escola de São José, no Largo da Ajuda, em terreno cedido pelas freiras do Convento, com o apoio do Bispo Pedro Maria de Lacerda, na Freguesia de São José. Da mesma forma que no ano anterior, o evento contou com a presença do Imperador, do Chefe de Polícia e outras autoridades da cidade.<sup>2</sup>

A iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte é atribuída ao Imperador. Com a vitória da Guerra contra o Paraguai, cidadãos brasileiros teriam intencionado abrir uma subscrição destinada a erguer uma estátua de bronze em homenagem à Coroa. Ciente do fato, Pedro II aconselhou o Ministro do Império a concentrar seus esforços no sentido de arrecadar dos particulares os donativos e o dinheiro necessário para a construção de edifícios escolares e para o melhoramento das escolas públicas.<sup>3</sup> Os comerciantes da Corte, por exemplo, foram um dos pioneiros, juntamente com a Câmara, a atenderem ao pedido da Coroa. Na Praça de Pedro I, em São Cristovão, construíram um prédio escolar de grandes dimensões arquitetônicas, destinado a instruir cerca de 400 crianças. A **“Escola edificada pelo Corpo do Comércio do Rio de Janeiro”**, teve a sua primeira pedra colocada em 21 de dezembro de 1870.

---

<sup>1</sup>Ministério do Império. Escola Municipal da Freguesia de Sant’anna. Lançamento da Pedra Fundamental. 1870.

<sup>2</sup>Cf. Diário do Rio de Janeiro, 23/05/1871.

<sup>3</sup>Bilhete do Imperador ao Conselheiro Paulino Soares de Souza, em 09/03/1870. Apud NISKIER, Arnaldo. Educação Brasileira. 500 Anos de História. Rio de Janeiro, Ed. Consultor, 2ª ed., 1996. O governo central, através do Ministério do Império, construiu os prédios escolares da Escola Pública da Glória, no Largo do Machado, onde atualmente funciona a E. E. Amaro Cavalcanti, e da Escola Pública da Freguesia de Santa Rita, na época localizado no Largo da Mãe do Bispo, hoje Praça Tiradentes.

Se a história da construção dos edifícios das escolas municipais, na década de 1870, é bem conhecida, o mesmo não se pode afirmar em relação à atuação da Câmara Municipal, mormente nos anos da presidência do ilustre Promotor Público, o Dr. Antonio Ferreira Vianna (1869-1874).<sup>4</sup> Como administrador da municipalidade, o advogado das principais Ordens e Irmandades religiosas da cidade, incentivou a construção de escolas, a arborização e o cercamento de praças públicas, como por exemplo, o Campo de Santana, e a edificação do Asilo de Mendicidade, (onde atualmente funciona o Hospital São Francisco de Assis, na Avenida Presidente Vargas).

A Câmara, além de promover a construção de prédios escolares, auxiliava e concorria com o Ministério do Império pela administração da instrução primária, buscando afirmar a atuação do município e das autoridades locais enquanto instâncias gerenciadoras dos serviços públicos da cidade. Por outro lado, ao definir suas linhas de ação, os dirigentes da municipalidade demarcavam espaços e gravavam a memória de seus atos nas próprias pedras das escolas que ajudavam a fundar. O busto de Antonio Ferreira Vianna foi erigido em, pelo menos, dois dos estabelecimentos de ensino municipais. É o caso, por exemplo, do atual Instituto Ferreira Vianna, escola técnica e profissional situada na Tijuca, a qual foi criada em 1889 com o nome de Casa de São José. No gabinete do Diretor, entre objetos e móveis antigos há, nada menos, do que a figura em bronze do “Rei do Rio de Janeiro”.

Para angariar recursos e facilitar a frequência das crianças pobres nas escolas municipais, o Presidente da Câmara criou, em dezembro de 1871, a **Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida**. Para buscar compreender seus objetivos e finalidades, bem como a quem se destinavam as sua propostas e ações, um caminho interessante pode ser a realização de um exercício de análise dos possíveis significados das palavras que compunham a própria denominação da Associação.

Em primeiro lugar, atentemos para o termo **infância**.<sup>5</sup> Utilizando os Dicionários, foi possível delimitar alguns dos significados para as diferentes fases da vida humana correntes na época. O tempo da **infância** ou

---

<sup>4</sup> Antonio Ferreira Vianna, Doutor em Direito Penal, nomeado em 1859 Promotor Público da Corte. Em 1873, foi advogado do Bispo do Pará na célebre “questão religiosa”. Atuava como advogado das Irmandades de São Joaquim, São Benedito e São Francisco, do Convento da Ajuda, do Mosteiro de São Bento e dos Missionários Capuchinhos do Morro do Castelo. Era proprietário de casas na Gávea e em Santa Thereza. Sobre o ajuardamento do Campo de Sant’anna, na época da gestão do bacharel.

<sup>5</sup> Utilizamos as seguintes obras de referência: *Dicionário da Língua Portuguesa - Recopilado*. Lisboa, *Typographia de Lacerdina*, 1813; *Dicionário da Língua Brasileira*, por Luiz Maria da Silva Pinto. Ouro Preto, *Typographia de Silva*, 1832. Foram consultados os verbetes “infância”, “criança”, “puerícia”, “adolescência”, “adultos”, “menor”, “menino”, “menina”, “meninice”, sendo que a palavra “infância” não foi encontrada na obra de 1813.

“meninice” terminava aos 7 anos, em geral idade do ingresso nas escolas públicas, nas aulas de catecismo para preparar a primeira comunhão ou em atividades de aprendizagem. Segundo a Igreja, a idade de 7 anos marcava a entrada do cristão na vida comunitária católica. Com a Primeira Comunhão, o indivíduo confessava e partilhava o Corpo de Cristo, revelando seu ingresso na idade da razão e a assunção das primeiras responsabilidades.<sup>6</sup> Dos 7 aos 12 o indivíduo vivenciava o período denominado **puerícia**, e dos 12-14 aos 21- 25 anos, a **adolescência**. Desta etapa em diante, a **idade adulta**.

De acordo com a legislação portuguesa vigente no Brasil oitocentista, as Ordenações Filipinas, o casamento era permitido às meninas a partir dos 12 anos completos e, aos meninos, desde os 14.<sup>7</sup> O que, em certo sentido, demonstra que o matrimônio representava, de fato, um importante acontecimento no que se refere à delimitação dos momentos possíveis de transição para a vida adulta naquela sociedade.

A demarcação das fases da vida no século XIX, no entanto, era bastante imprecisa e fluida. O próprio limite da infância permanece controverso. Para Kátia Mattoso (1988), que analisou a família escrava na Bahia, haveria uma diferenciação do período da meninice para escravos e livres. Segundo a sua visão, os filhos das escravas ingressavam compulsoriamente no “mundo do trabalho” aos 7 anos, idade a partir da qual se marcaria o fim da infância. De forma diversa, no caso da população livre, a meninice poderia ser estendida até os 12 anos, época mais comum para assumir as responsabilidades como, por exemplo, o exercício de atividades econômicas ou mesmo o ingresso nos colégios e nas aulas secundárias.

Mais recentemente, Walter Fraga Filho (1996), estudando a mendicância e a pobreza na cidade de Salvador oitocentista, constatou que as crianças provenientes de famílias livres e pobres também integravam o universo dos trabalhadores desde os 7 anos – e mesmo antes -, momento em que se dirigiam à aprendizagem de ofícios ou ao comércio ambulante de objetos variados.<sup>8</sup> É bom lembrar que nas Rodas de Expostos e nos Asilos

---

<sup>6</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 7ª ed., RJ: José Olympio, 1985 e, PRIORE, Mary Del. “O papel branco: a infância e os jesuítas na Colônia”. In: *História da Criança no Brasil*. SP:Ed. Contexto, CEDHAL/USP, 1991.

<sup>7</sup> “Ordenações, Livro I, título 88 N-19” Apud BASTOS, José Tavares. *Casamento dos Orphãos e Menores na República*. RJ, Benjamin de Aguiar, s/d, p. 57.

<sup>8</sup> Maria Lúcia de Barros Mott, analisando os discursos de viajantes estrangeiros sobre as crianças escravas brasileiras, também encontrou indícios do trabalho de meninos e meninas livres e cativas desde os 5-6 anos. Ver MOTT, M<sup>a</sup> L. de Barros. “A criança escrava na literatura de viagens”. In: *Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas*, nº 31: 57-67, dezembro de 1972. Do mesmo modo, Maria de Fátima das Neves, estudando a criança escrava em São Paulo, no século XIX, verificou que escravos e livres exerciam atividades econômicas desde aproximadamente os 5 anos de idade. Cf. NEVES, M<sup>a</sup> de Fátima. *Infância de*

mantidos pelas Santas Casas de Misericórdia, a idade de entregar as crianças aos ofícios, sob o regime de soldada, era aos 7 anos completos, o que demonstra que o trabalho, marcando o fim precoce da infância, não era um “privilegio” dos escravos, mas, ao contrário, atingia a população livre e pobre em geral.<sup>9</sup>

Considerando que, segundo os Regulamentos da Instrução Primária e Secundária da Corte, um indivíduo livre dos 5 aos 14 anos poderia ser admitido nas escolas primárias, é possível presumir que a **infância** atendida pela **Associação Protetora da Instrução Infância Desvalida** compreendia crianças de 5-7 até, pelo menos, os 12-14 anos, limites compatíveis com as normas estabelecidas pela Instrução Pública. Entretanto, verificamos que o alvo da iniciativa não abarcava todas as pessoas que, pelo fator idade, poderiam enquadrar-se genericamente no universo infantil. Sua intenção era dirigir “proteção” e “instrução” a uma categoria específica e distinta, a qual denominou **infância desvalida**.

Segundo as definições de época, ser um **desvalido** correspondia a “viver num estado de pobreza” e de “ausência de valor”. **Desvalido**, assim como **pobre**, era todo aquele que, com “poucas posses” ou “sem o necessário para viver”, não dispunha da proteção de alguém que lhe garantisse um “valimento”. A noção de **infância desvalida**, portanto, remetia aos meninos e meninas despossuídos, ou seja, àqueles provenientes dos segmentos mais pobres da cidade. A Associação, através da difusão das “luzes da instrução”, entre outros objetivos, visava estabelecer um “valor” aos que dele prescindiam, na medida em que associava a condição de ser pobre à falta de valia ou à infelicidade.<sup>10</sup>

Nesse sentido, podemos perceber que a construção de imagens e representações sobre os significados do termo infância, bem como as vivências e práticas sociais, variam de acordo com a posição social e econômica das famílias e com as diferenças culturais que fazem parte de uma sociedade. Aos fatores relacionados às idades, estão associados desempenhos e papéis específicos relacionados às classes a que pertencem as crianças, seus familiares e grupos de origem. Assim, os sujeitos sociais

*faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX.* Dissertação de Mestrado, USP, 1993. Defendem a mesma posição, analisando espaços e temáticas diversas, os trabalhos de GERTZE, Jurema. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre - 1837-1880.* Dissertação de Mestrado em História, PUC- Porto Alegre, 1990; BULCÃO, A. L. *Meninos Maiores. O conflito da menoridade e Maioridade no Rio de Janeiro - 1890-1930.* Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 1992.

<sup>9</sup>Para as idades da “soldada”, cf. entre outros, FONSECA, Celso. *História do Ensino Industrial no Brasil. Vol.1: Colônia e Império.* Ed. SENAC, 1976 e LEITE, Miriam Moreira L. “O óbvio e o contraditório da Roda”. In PRIORE, M. del Opus cit.

<sup>10</sup>“Desvalido: que perdeu ou não tem valimento; que não tem que lhe valha”. “Pobre: Que não tem o necessário para viver, de poucas posses. Infeliz. De pouco valor.” *Dicionário da Língua Brasileira.* Opus cit. p. 57 / p.245.

que comum e genericamente denominamos *infância*, com base em um modelo de racionalidade burguês, possui significados diversos, segundo as relações sócio-culturais e étnicas, ao gênero, às relações de classe e, finalmente, aos processos históricos vividos em uma dada sociedade.<sup>11</sup> Os conceitos de “infância desvalida”, “menores indigentes”, e muitos outros, foram construídos nos processos de lutas e embates políticos e culturais, na segunda metade do século XIX, no contexto tenso e contraditório de transição das formas de organização de trabalho escravo e da reatualização das práticas de controle social.

Protegida pela Princesa Isabel e pelo Conde D’Eu, a Associação Municipal apresentou seus Estatutos ao governo imperial em 03 de janeiro de 1872. De acordo com este documento, poderia receber um número ilimitado de sócios, sem condição de idade, sexo, nacionalidade ou religião. A admissão dos sócios, no entanto, era marcada pelo oferecimento de uma jóia, além da contribuição de seis mil réis anuais. O Ministro do Império, os vereadores da Ilma. Câmara Municipal, o Bispo Capelão Mor, o Abade do Mosteiro de São Bento, a Abadessa do Convento da Ajuda, o Provedor da Santa Casa e o Presidente da Praça do Comércio da cidade, constituíam o corpo de Sócios Beneméritos da Associação. Os médicos e farmacêuticos que trabalhassem gratuitamente para a Associação também receberiam este título, tendo seus nomes, juntamente com os dos demais sócios, anotados e levados ao conhecimento da Princesa Imperial.<sup>12</sup>

Os Estatutos previam a organização administrativa da Associação Municipal, bem como a sistematização do atendimento às crianças pobres. Em cada paróquia haveria uma Comissão, formada pelas “pessoas mais notáveis da freguesia”, entre o vigário, os professores públicos primários e o delegado da Inspeção de Instrução respectivo. Às Comissões Paroquiais caberia, entre outras coisas: requisitar à Diretoria da Associação os auxílios necessários para sua freguesia; nomear auxiliares em cada quarteirão (inspetores); organizar um livro próprio de estatística das crianças protegidas que freqüentavam as escolas municipais, além de realizar um levantamento das famílias pobres da localidade. Os inspetores de quarteirão deveriam promover e fiscalizar a assiduidade e o comportamento das crianças nas escolas, dando conta dos detalhes aos superiores.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa preindustrial: lucha de clases sin clases?” in *Tradicion, Revuelta y consiensa de clase*. 3º Ed. Barcelona, Editorial, 1979.

<sup>12</sup> *Ministério do Império. Conselho de Estado*. Sobre os Estatutos da Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida. 20/12/1871.

<sup>13</sup> A Diretoria da Associação era composta por Antonio Ferreira Vianna, Dr. Fernando da Costa Ferraz (médico), Honório Augusto Ribeiro e José Viriato de Freitas Jr. *Ibidem*.

A finalidade da Associação, como pôde ser apreendida nos seus Estatutos, era garantir a presença das crianças desvalidas e pobres nas escolas criadas pela Câmara Municipal. Para tanto, o fornecimento de vestuário e material escolar, além da assistência médica gratuita, eram essenciais, tendo em vista que a falta de recursos dos pais era considerada uma das causas principais da baixa frequência escolar. Relacionando a condição de pobreza à perpetuação da ignorância, os associados da municipalidade, acreditavam que “assistir” e “proteger” a infância pobre seriam ações fundamentais para o alcance de um objetivo comum ao governo imperial e às autoridades locais: desenvolver a **instrução popular**.

Mas o que esta Associação entendia por **instrução popular**? Os Estatutos, por possuírem um caráter de exposição de motivos e de organização administrativa, não explicitaram os significados e conteúdos da expressão. Para interpretar e recuperar os possíveis sentidos que os membros da **Associação Protetora da Instrução à Infância Desvalida** atribuíram à referida expressão, é preciso retomar a história das Escolas Municipais.

No dia 04 de agosto de 1872, a Câmara e a **Associação Municipal Protetora da Instrução à Infância Desvalida**, inauguraram a Escola de São Sebastião. A ocasião, tal qual o lançamento da primeira pedra, mereceu a presença do Imperador e das principais autoridades da Corte. Antonio Ferreira Vianna, em seu discurso de abertura, enfatizou que o momento era de grande festa, “festa do estado, do município e da inocência”, verdadeira caminhada para a “liberdade que se funda na ordem” – indubitavelmente numa referência implícita à Lei Eusébio de Queirós (28/09/1871), conhecida como Lei do Ventre Livre e o conseqüente processo gradual de emancipação dos escravos.<sup>14</sup>

Ao binômio “liberdade/ordem” Ferreira Vianna contrapunha um outro: “ignorância/desordem”. A **instrução primária**, compreendendo genericamente a leitura, a escrita, a aritmética e a religião, mais do que alfabetizar a população pobre, viabilizaria, acreditava, o estabelecimento da ordem social.<sup>15</sup>

A difusão da instrução primária era encarada enquanto um instrumento político de controle sobre as camadas pobres da sociedade, na época vistas como facilmente “influenciadas” por “utopias e quimeras”. Os analfabetos, “cegos” e “insatisfeitos” com a sua “sorte”, constituíam um perigo, um elemento de “desordem” para o Estado.

---

<sup>14</sup> “Discurso inaugurador da Escola Municipal de São Sebastião pelo Dr. Antonio Ferreira Vianna”, publicado na revista *Instrução Pública*, em 16/04/1872.

<sup>15</sup> *Ibidem.*

As associações dos significados pobreza/ analfabetismo/ ignorância/desordem, legitimavam as iniciativas dos poderes públicos e dos particulares que preconizavam a direção do Estado e da Instrução Pública. Porém, mais do que isso, os discursos e ações em prol da educação e da intrução popular, no contexto da década de 1870, buscavam alternativas possíveis para o encaminhamento progressivo e gradual da abolição.<sup>16</sup> A questão da “liberdade dentro da ordem”, abordada por Ferreira Vianna, não teria outro sentido.

O Dr. Costa Ferraz, médico da Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, discursando na inauguração da Escola de São Sebastião, discutiu com maior atenção a relação da instrução primária com a questão da liberdade.<sup>17</sup> A liberdade, segundo o médico, era a “causa do povo” e o povo livre abraçaria o trabalho “como o mais glorioso encargo” dado pela Providência. A escola conteria a “vida dos povos livres” e seria nela que o país deveria depositar as esperanças para o futuro. A liberdade, resultante da harmonia entre a compreensão dos direitos e a execução dos deveres do indivíduo para com a sociedade, seria possível a partir da “instrução do povo”. E, por falar em liberdade, o orador não se esquivou de tocar no delicado assunto da escravidão que, segundo ele, representava a negação total do direito da liberdade a uma parcela da humanidade.<sup>18</sup>

Para embasar suas argumentações, utilizou o exemplo dos Estados Unidos. Desse país provinha o grande mártir da luta pela liberdade, Abração Lincoln, que não apenas lutou pela libertação dos escravos, mas “completou esta grande obra”, fundando escolas que arrancaram da “ignorância aqueles que acabavam de ser remidos da escravidão”. Para o Dr. Costa Ferraz, a instrução popular era necessária para complementar a obra de “libertação dos escravos”. No caso brasileiro, a instrução deveria atingir os filhos das escravas recém-libertos pela Lei de 1871 - os então chamados “ingênuos”.<sup>19</sup> Embora defendesse a necessidade de educar os “ingênuos”, o médico não sugeriu a hipótese de estender a instrução aos escravos, ainda que tenha reconhecido a sua parcela de “humanidade”.

A palavra “liberdade”, tal qual era utilizada pelos membros da Associação Municipal, também possuía outros significados. Significava

---

<sup>16</sup> Os projetos de educação e instrução destinados às classes populares da cidade do Rio de Janeiro foram anteriormente estudados em nossa dissertação de mestrado em História, concluída em 1997, sob o título *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte imperial – 1870-1889*. Pós-Graduação em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997.

<sup>17</sup> Discurso proferido pelo Dr. Costa Ferraz no dia 4 de agosto perante SMI ao serem inauguradas as escolas de S. Sebastião e a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida. RJ, Typografia do Diário do Rio, 1872.

<sup>18</sup> Discurso proferido pelo Dr. Costa Ferraz no dia 4 de agosto ... p. 7.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.8.

também liberdade de ensinar, de criar e administrar escolas, garantindo a autonomia de ação do município no âmbito da instrução primária.<sup>20</sup> A utilização do modelo americano servia para ressaltar a importância e justificar a iniciativa privada em prol da educação popular, particularmente a atuação dos poderes locais. Ao Estado não era lícito monopolizar a Instrução Pública, ao contrário, deveria agir em auxílio dos particulares.<sup>21</sup>

No entanto, se o discurso de Costa Ferraz agia em defesa da liberdade de ensino, por outro lado, condenava a tão falada “liberdade religiosa”. Fez referência às “odiosas barreiras” levantadas contra as irmandades e ordens religiosas que “em todos os tempos cobriram a humanidade de benefícios e glória”, deixando clara a posição da **Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida** que, afinal, era composta por muitos católicos e pelos membros das irmandades e dos conventos da Corte.<sup>22</sup> Assim, o Dr. Costa Ferraz, aliando **instrução primária à instrução religiosa**, propagava a ação conjunta de professores primários e padres - escola e igreja - no trabalho de moralização e formação dos cidadãos.<sup>23</sup>

Através da Associação Municipal, advogando a causa da liberdade de ensino, os defensores das ordens religiosas reagiam aos ataques anticlericais dos discursos liberais que há muito propunham o laicismo no ensino público, criticando o monopólio dos padres, até então os maiores responsáveis pela difusão do ensino religioso, inclusive por meio da fundação de colégios e escolas confessionais.<sup>24</sup>

À idéia da liberdade de ensino correspondia a liberdade de escolha dos pais de família. Neste aspecto, a proposta da Associação Municipal divergia claramente dos princípios propagados pelos administradores da instrução primária da Corte, na medida em que se opunham ao preceito da obrigatoriedade do ensino elementar às crianças entre 7 e 14 anos. O Dr. Costa Ferraz, defendeu a supremacia do poder privado do *pater familias*

<sup>20</sup> Antonio Ferreira Vianna relacionou a inauguração das escolas municipais à necessidade de fortalecer os municípios e ampliar o poder de intervenção das Câmaras Municipais que, segundo ele, estavam em “grande decadência” e “enfraquecidas”. Discurso proferido pelo Dr. Antonio Ferreira Vianna, por ocasião da inauguração das Escolas de São José. 22/05/1874.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>22</sup> Os integrantes da alta hierarquia da Igreja Católica no Rio de Janeiro defenderam as tradições religiosas e atacaram mordazmente as propostas de caráter anticlerical (incluindo as idéias liberais, positivistas, cientificistas, espíritas ou mesmo “indiferentistas”), principalmente através do periódico O Apóstolo (1866-1901) Os seus redatores rejeitavam o monopólio leigo da educação pública, o princípio de equivalência entre as religiões, a separação Estado/Igreja, o casamento civil e a indiferença religiosa.

<sup>23</sup> Discurso proferido no dia 4 de agosto ... pelo Dr. Costa Ferraz.... p.12.

<sup>24</sup> AZEVEDO, Fernando de. A Transmissão da Cultura: parte 3ª da 5ª edição da obra A Cultura Brasileira. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. p.101. Este autor ressaltou que uma das características da educação no período imperial era a interpenetração dos mundos religioso e pedagógico. A ação das ordens e irmandades acentuaram o caráter literário e religioso do ensino, especialmente no secundário.

sobre o poder do Estado. Além disso, o “caráter dócil e bondoso” do povo brasileiro não justificaria a obrigatoriedade.<sup>25</sup>

Por essa razão, a Associação Municipal não pretendia “obrigar” os pais de família a matricularem seus filhos nas escolas municipais, mas apenas auxiliá-los, oferecendo os meios e materiais necessários para que as crianças ingressassem nas escolas do município. Sua proposta consistia em educar as crianças livres pobres, incluindo os libertos pela Lei Rio Branco, através do **ensino moral e religioso**, aliando-o à **instrução primária elementar**. Nas escolas, as crianças aprenderiam, desde tenra idade, a conhecer seus direitos e deveres enquanto futuros cidadãos.

A visão da criança como embrião do futuro cidadão, e, portanto, devendo ser submetida a uma instrução moral e religiosa, através das escolas primárias, estava presente no projeto da Associação. O Diretor e mestre da Escola de São Sebastião, Candido Matheus de Faria Pardal, um dos mais antigos entre os professores primários da Corte, tendo ingressado no magistério em 1840, defendeu a necessidade de **educar** e **instruir** as crianças para se tornarem “úteis a si e à Pátria.”<sup>26</sup>

Para as crianças pobres, moradoras da Cidade Nova, como era então conhecida a região da Praça Onze, verdadeira cidade dentro da cidade<sup>27</sup>, a escola municipal deveria representar um espaço não apenas de aquisição de conhecimentos elementares, mas principalmente um espaço de educação moral e religiosa, de formação de um cidadão útil, moralizado e integrado aos sentimentos de “amor a Deus”, ao “trabalho” que nobilita, e, à “Pátria”. Era, enfim, um projeto de construção de uma **nação**, guiada pelos padrões de “civilização” e “progresso” dos países então considerados mais adiantados.<sup>28</sup>

Para construir uma nacionalidade, onde o conjunto dos cidadãos partilhassem dos sentimentos e valores de exaltação à pátria e ao Estado, propagados pelas escolas públicas, seria preciso, na visão do professor Candido M. de Faria Pardal, que o filho do pobre”, como o do rico,

<sup>25</sup> Ferreira Vianna criticava freqüentemente o princípio do ensino obrigatório nos artigos que escrevia para o *Diário do Rio de Janeiro*. Em 11/09/1871, visando atacar o projeto da Lei do Ventre Livre, questionava o governo perguntando onde estavam as escolas de instrução primária que receberiam os libertos e os tornariam aptos ao trabalho livre. Concluía que o governo não podia obrigar os pais a matricularem os filhos nas escolas, já que não lhes fornecia os meios necessários para cumprir a lei.

<sup>26</sup> Discurso do Diretor das Escolas de São Sebastião, Prof<sup>o</sup> Candido Matheus de Faria Pardal, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 13/08/1872.

<sup>27</sup> A “cidade nova”, segundo os professores redatores da revista *Instrução Pública*, era uma verdadeira “cidade dentro da cidade”, onde habitava a maior parte da “classe média e pobre” da cidade, mantendo a Câmara Municipal na freguesia de Santana, uma escola, diversas associações de beneficência e ordens religiosas. Consultar a *Instrução Pública*, 24/11/1872.

<sup>28</sup> Discurso do Prof<sup>o</sup> Candido Matheus Faria Pardal por ocasião das férias das Escolas de São Sebastião. *Diário do Rio de Janeiro*, 15/12/1872.

soubesse ler, escrever e contar. Mais do que isso, seria útil que aprendesse rudimentos da geografia e história pátrias, a música e o desenho linear, pois a “arte” e o “amor da pátria” constituiriam poderosos instrumentos para “adoçar os costumes”.<sup>29</sup>

É preciso notar que o projeto conjunto do governo imperial e da Câmara Municipal, cuja expressão máxima consubstanciava-se na construção das Escolas Municipais de São Sebastião e São José, era um projeto político reformista de caráter **conservador**. E conservador em vários sentidos. Não apenas porque os gabinetes ministeriais de 1868 a 1878 foram ocupados por políticos do “partido da Ordem”, e no caso do período da criação das escolas municipais, por ter sido o Ministério do Império gerido, respectivamente, por Paulino Soares de Souza - herdeiro de um dos integrantes da “trindade saquarema”- e João Alfredo Correia de Oliveira <sup>30</sup>. Conservador porque, ao restringir o “benefício das luzes” destinado aos setores pobres à instrução primária, mantinha as distinções e as hierarquias que reservavam, em grande maioria, para os mais privilegiados, o ensino secundário e superior - conseqüentemente, os cargos públicos e a direção do Estado.

Por outro lado, possuía também um caráter reformista, pois, objetivando alfabetizar um número cada vez maior de crianças entre a população livre, buscava integrar as camadas pobres aos valores dirigentes e dominantes, rompendo, ao menos no nível elementar, com o monopólio do saber de muitos sobre poucos. Desse modo, pretendia reatualizar as políticas de controle social utilizando, além das antigas práticas jurídico-policiais, a instrução e a educação popular, às quais então se atribuía uma capacidade poderosa de regenerar e moralizar a sociedade.

O duplo caráter - reformista e conservador - da instalação das escolas primárias, manifestava-se também na arquitetura dos prédios, no currículo a ser ensinado e nos objetivos e finalidades sociais que proclamavam. Os edifícios, pela sua grandiosidade e beleza arquitetônica, lembravam as estruturas luxuosas dos “palácios”, como foram ironicamente chamados por alguns contemporâneos. Com amplas salas e cercadas por jardins e gradis de ferro, as escolas municipais possuíam um salão central onde figuravam as estátuas em homenagem aos seus empreendedores: na de São Sebastião, dois bustos, um do santo que lhe dava o nome e o outro de Paulino Soares de Souza; na de São José, a homenagem foi destinada ao Inspetor Geral da

---

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> Para uma discussão sobre a importância da Instrução Pública para o projeto “saquarema” de Estado, ver: MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema. Ed. Hucitec, 2ª ed. 1991.

Instrução Primária e Secundária da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo e ao Presidente da Câmara, Antonio Ferreira Vianna. <sup>31</sup>

A Escola de São Sebastião - para meninos e meninas -, assim como a de São José, tinha capacidade para a matrícula de cerca de 600 alunos. Nesse aspecto, apresentavam uma grande novidade em relação às escolas tradicionais, as quais funcionavam em pequenas casas, nas partes externas ou em sótãos de sobrados, onde as mínimas salas de aula possuíam disponibilidade para poucos alunos e ainda disputavam espaços com os aposentos dos professores e seus familiares. Nos estabelecimentos do município, além de não haver comodidades para a residência dos mestres, fato que, aliás, foi considerado inconveniente pelos próprios educadores em função do aumento de suas despesas com moradia, todas as áreas eram destinadas exclusivamente às atividades escolares.

Em ambas as escolas, havia uma sala que funcionava como capela, local das missas e das aulas de “explicação do evangelho”.<sup>32</sup> A instrução religiosa, por sua importância, ocupava o primeiro lugar no programa elaborado pelo Diretor das escolas municipais, refletindo a reação conservadora dos defensores da religião do Estado contra as “vozes” céticas do cientificismo e do anticlericalismo. Demonstrava, por outro lado, a continuidade da ênfase na formação moral sobre a instrução propriamente literária ou científica.

As escolas municipais recebiam, no mesmo prédio, crianças de ambos os sexos, o que marcava uma diferença em relação às demais escolas públicas da Corte, criadas uma para cada sexo. No entanto, as aulas de meninos e meninas, bem como as recreações e as atividades de ginástica realizadas no pátio interno, continuavam sendo separadas e distintas em função do gênero. As meninas aprendiam as mesmas matérias que os meninos, acrescentando-se, porém, os trabalhos de agulha e costura,

---

<sup>31</sup> De acordo com alguns estudiosos, a bandeira da universalização da instrução primária integrava o “reformismo liberal” que ressurgiu na cena política imperial a partir da “crise de 1868”. BOSI, A. “A escravidão entre dois liberalismos” In: *A Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. No entanto, a difusão da instrução primária entre a população livre, integrando o projeto de construção do Estado, era uma antiga proposta “saquarema”. É, no mínimo, intrigante o fato de que os gabinetes conservadores, 1868-1878, 1886-1889, tenham se caracterizado por uma grande ênfase nas discussões a respeito da educação pública, manifesta no impulso à criação de escolas públicas na Corte. Nesse sentido, lembrando que tanto liberais quanto conservadores possuíam como referências teóricas o mesmo pano de fundo do(s) liberalismo(s), é que pensamos na hipótese de que esses últimos, afirmando suas ações no âmbito da instrução pública, buscavam subjugar e hierarquizar os programas dos partidos, ressaltando e criando a imagem de sua hegemonia sobre os demais. Consultar sobre o tema, entre outros, MATTOS, Ilmar. *Opus cit.* e PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *Os Liberalismos no Império*. Niterói, UFF, mimeo. 1997..

<sup>32</sup> Discurso proferido pelo Presidente Interino da Ilma. Câmara Municipal, Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, por ocasião da inauguração das Escolas de São José, em 07 de setembro de 1874, publicado em *Instrução Pública*, 13/09/1874.

considerados necessários à educação das futuras “mães de família”, tal qual o programa de instrução primária definido pelo Regulamento de 1854.

Pelo currículo das escolas municipais, elaborado pelo Diretor e professor da escola de meninos, Candido Matheus de Faria Pardal, as matérias ensinadas compreendiam: instrução religiosa, leitura, escrita, aritmética, sistema métrico, desenho linear e noções de gramática. As turmas deveriam ser divididas em 8 classes de ensino, conforme o adiantamento dos alunos, tendo o curso primário duração regular de 4 anos, estendendo-se mais ou menos conforme o andamento das classes.<sup>33</sup>

Para dinamizar o processo de aprendizagem, o Diretor propôs a divisão das classes em 3 grupos: enquanto o primeiro aprendia leitura, o segundo escrevia e o terceiro aprendia a calcular, assim simultânea e sucessivamente. O método de Candido Matheus de Faria Pardal constituía-se numa reformulação do chamado Método de Lancaster ou ensino mútuo, no qual os grupos de alunos eram divididos em turmas regidas por um decurião, em geral um dos discípulos mais adiantados nas respectivas matérias de ensino. Por esse sistema, um aluno que aprendesse satisfatoriamente a ler, poderia passar para outro nível ou classe, mesmo que estivesse “atrasado”, por exemplo, em escrita ou instrução religiosa.<sup>34</sup>

As escolas municipais receberam duras críticas dos contemporâneos, tanto no que se refere às suas características físicas quanto ao seu funcionamento, à organização administrativa e aos privilégios de seus professores. Em fevereiro de 1874, por exemplo, o Professor Teixeira de Azevedo criticava as “normas domésticas” das escolas municipais que, ao contrário das regras estabelecidas pela Secretaria de Instrução Pública, não realizava concursos públicos para provimento das cadeiras, mas simplesmente “propunha” e nomeava os professores.<sup>35</sup>

Os redatores da *Instrução Pública*, revista formada por professores, delegados e algumas autoridades da Instrução Pública da Corte, reclamavam da “arquitetura colonial e aristocrática” da Escola de São José, bem afinada, segundo eles, com a “índole atrasada do povo”. A crítica dos

---

<sup>33</sup> ANEXO N° 11. “Programma de Estudos para as Escolas Municipais da Corte feito pelo seu Diretor Candido Matheus de Faria Pardal” In: *Relatório do Ministério do Império*, 1872.

<sup>34</sup> Fernando de Azevedo afirmou que o Método de Lancaster, utilizado desde a Lei de 15/10/1827 nas escolas públicas primárias, consistia uma “solução simplista” inspirada na pedagogia estrangeira, que definitivamente teria malogrado na “realidade complexa” dos problema educacionais locais. Cf. AZEVEDO, Fernando. Opus cit. p. 72. No entanto, o método de ensino mútuo, criado com o intuito de agilizar a aprendizagem e ampliar o número dos alunos, fazendo com que o maior número deles aprendessem e ensinassem uns aos outros, simultaneamente, foi readaptado por muitos professores primários da Corte, e ainda utilizado, com variações, nos anos 1870 e 1880. Alguns deles atestavam as vantagens do método justamente por impossibilitar que alguns alunos permanecessem ociosos enquanto o professor atendia os outros em suas lições. Ver por exemplo, resposta do Prof° João da Matta Araújo, em 26/01/1874, aos pontos das Conferências Pedagógicas. AGCRJ, Códice 15.3.10. *Conferências Pedagógicas*.

<sup>35</sup> Instrução Pública, 22/02/1874.

redatores da revista não perdoavam sequer as estátuas de bronze, “aqueles 4 evangelistas pesadões”, e a existência das “capelas” nas escolas municipais. Ironizavam a contradição entre a arquitetura gótica e a cruz de madeira, rústica e simples, simbolizando o Cristo. A homenagem a Antonio Ferreira Vianna foi considerada “um absurdo”, visto que, no lugar dela, deveria figurar o busto de São José!<sup>36</sup>

O “método do Sr. Pardal” foi também alvo das galhofas dos redatores, principalmente devido à existência de “três estrados de madeira”, dispostos em forma triangular, com os quais se dividiam os discentes em três grupos. Os críticos denunciavam o tradicionalismo e o caráter confessional de tal sistema, afirmando que “enquanto um grupo de alunos escreve, o outro lê e reza!”(sic).<sup>37</sup> Na visão dos opositores, as escolas destinavam-se à “ostentação” e a um “mediocre luxo”, verdadeira “vergonha” para o país, causada pela ação da municipalidade.<sup>38</sup>

Mas as escolas municipais não sofreram críticas apenas porque pareciam “palácios luxuosos” de arquitetura exótica. Fundamentalmente, o que muitos contemporâneos questionavam era a opulência e o custo dos prédios em relação aos fins a que se destinavam: a educação e instrução de crianças desvalidas e pobres.<sup>39</sup>

Nesse sentido discursou o mestre e Diretor do Colégio Pedro II, José Joaquim do Carmo, em 1876. Com o pseudônimo de Mânlio Capitolino, o professor argumentou que os “suntuosos palácios” eram prejudiciais aos alunos pobres, pois acostumavam-nos ao luxo que, mais tarde, a “vida dura” lhes privaria, levantando a hipótese de um possível “inconformismo” dos futuros cidadãos com a sua sorte.<sup>40</sup>

Para crianças provenientes das camadas pobres seriam mais convenientes casas de escolas modestas, como as tradicionais, pois acostumar os “filhos dos pobres” com a beleza e o conforto das novas construções escolares, poderia despertar nas crianças um olhar crítico e uma possível reflexão sobre a contradição existente entre os “palácios” onde estudavam e as suas condições concretas de existência. E um pensamento crítico sobre a realidade social e a vida de cada um dos seus alunos, não era propriamente o objetivo pedagógico daqueles reformistas conservadores,

---

<sup>36</sup> Instrução Pública, 27/09/1874.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> Professores públicos primários criticaram os gastos, segundo eles “exagerados”, com a construção dos prédios escolares. Alguns chegaram a sugerir que com a quantia dispendida poderiam ser construídas “60 ou 70 modestas casas escolares”, e ainda melhorar os vencimentos do magistério. Ver, A Instrução Pública, 27/09/1874.

<sup>40</sup> A Reforma da Instrução Pública, por José Joaquim do Carmo, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876.

que buscavam alternativas para educar, instruir e, sobretudo, controlar, a população pobre da cidade.

### **As crianças no “palácio” de São Sebastião: pequeno perfil social dos alunos da Escola Municipal da Freguesia de Santana**

Localizado na Praça Onze de Junho, numa das freguesias mais populares e populosas da cidade, o prédio da Escola Municipal de São Sebastião marcava uma continuidade da ação dos poderes públicos no sentido de intervir na privatização das regiões vizinhas ao Campo de Santana, visando regular, “civilizar” e ordenar os usos e utilizações do espaço urbano. Nas proximidades do local onde realizavam-se as festas coloniais do padroeiro da cidade e, posteriormente, as célebres comemorações do Divino Espírito Santo, pouco a pouco fincavam-se os símbolos do poder: em 1824, o Senado, em 1856, a Estrada de Ferro, e, em 1880, a Escola Normal da Corte.<sup>41</sup>

A partir da modernização, do cercamento e ajardinamento das praças públicas, incluindo as do próprio Campo, na década de 1870, a população pobre foi sendo lentamente afastada para os bairros limítrofes do Estácio e Catumbi, pertencentes à Freguesia do Espírito Santo, outra área popular da cidade. Novos marcos institucionais foram sendo inscritos em toda a região: na Praça Onze, em 1872, a Escola Municipal, então batizada com o nome do santo que outrora era ali festejado, e, em 1874, finalizavam-se as obras do Asilo de Mendicidade.

Na área da Cidade Nova, como também era conhecida a Praça Onze, as ocupações principais dos moradores eram o comércio, as manufaturas, as artes e ofícios e o serviço doméstico, além da existência de inúmeros habitantes “sem profissão conhecida”. A região era pontilhada de casas de cômodos, estalagens e cortiços, moradias mais baratas e acessíveis à população pobre da cidade.<sup>42</sup> Uma característica marcante do bairro era a presença maciça dos “homens de cor”, dos livres e libertos, além de ser um

---

<sup>41</sup> A análise sobre a freguesia de Santana, especificamente a região chamada Cidade Nova, está baseada no estudo sobre o perfil populacional e social do bairro realizado por Gladys Sabina Ribeiro e Martha de Abreu Esteves. Conferir: “Cenas de Amor: Histórias de Nacionais e Imigrantes”. *A Mulher e o Espaço Público. Revista Brasileira de História*. São Paulo, MCT/CNPq, ANPUH/Marco Zero., nº 18, agosto/setembro de 1989.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Gladys S. e ABREU, Martha. *Opus cit.* p. 220. Para uma análise das habitações populares ver CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao Estudo das habitações populares*. Rio de Janeiro. 1886-1906. RJ, Secretaria Municipal de Cultura, 1986 e CHALHOUB, Sidney. *Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

reduto de grupos de capoeiras, aos quais um historiador identificou como a facção mais “africana” dentre eles.<sup>43</sup>

A Freguesia de Santana, incluindo a “Pequena África” como ficou posteriormente conhecida a área da Cidade Nova, contava, por estimativa do Recenseamento de 1872, aproximadamente 33.086 habitantes, sendo 21.531 brasileiros e 11.555 estrangeiros. Dentre essa população, cerca de 5.882 eram crianças livres, menores de 15 anos.<sup>44</sup> Esses últimos, portando as idades limites para a matrícula nas escolas públicas primárias da Corte, constituiriam o público alvo da Escola Municipal de São Sebastião.

Muitos contemporâneos, incluindo os Ministros e Inspetores da Instrução Pública da Corte, afirmavam que as escolas públicas da cidade recebiam, em sua maioria, “filhos de pobres”, preferindo os “mais privilegiados da fortuna” as escolas e colégios particulares, em franco desenvolvimento entre as décadas de 1860 e 1890. A população escolar matriculada na escola municipal da Praça Onze provavelmente não deveria ser muito diferente, tendo em vista o caráter majoritariamente popular da freguesia de Santana.

No entanto, percorrer a trajetória das matrículas e da frequência dos alunos nas escolas criadas pela Câmara Municipal, buscando recuperar ao menos através de alguns indícios o perfil das crianças que procuravam a instrução primária nas escolas da cidade, não é tarefa fácil. As fontes são escassas e as informações disponíveis, registradas nos *Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Pública da Corte*, contém falhas e imprecisões, de modo que apenas foi possível reconstruir e interpretar alguns pequenos “fragmentos”.

Os primeiros dados que dispomos são relativos à Escola de São Sebastião, no ano de 1874:<sup>45</sup>

ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO	
Casa 38, Praça Onze de Junho, Santana	
Meninos	Meninas
340 alunos católicos	212 alunas católicas
148 menores de 7 anos	68 menores de 7 anos
192 menores de 14 anos	144 menores de 14 anos
338 brasileiros	198 brasileiras
2 estrangeiros	14 estrangeiras

<sup>43</sup>SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, Prêmio Biblioteca Carioca, 1994.

<sup>44</sup>Brasil. CENSO - 1º - 1872. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se precedeu em 01/08/1872. Rio de Janeiro, 1873 - 1876, 6 vol.

<sup>45</sup>Relatório do Ministério do Império. 1874.

O quadro apresentado revela dados interessantes. Um deles é a confirmação da hipótese de que as crianças atendidas pelas escolas municipais deveriam regular as idades entre 5 e 14 anos, conforme determinavam os Regulamentos da Instrução Primária e Secundária da Corte. Pelo menos  $\frac{1}{4}$  das crianças, tanto na escola masculina quanto na feminina, foram registradas como menores de 7 anos.

Um outro dado interessante é a presença de uma pequena porcentagem de crianças estrangeiras, surpreendendo que a maioria delas fossem meninas. Seriam essas crianças portuguesas, italianas, africanas? Mesmo não havendo registro definido das nacionalidades, o fato é que a cidade do Rio de Janeiro, na década de 1870, recebeu grande contingente de crianças e jovens estrangeiros, principalmente italianos e portugueses.<sup>46</sup> Dar instrução primária aos pequenos imigrantes fazia parte dos projetos de formação de uma mão-de-obra livre integrada aos costumes, à língua e aos valores locais.<sup>47</sup>

Somando-se meninos e meninas, a Escola de São Sebastião matriculou 512 crianças. Este número, mesmo não correspondendo à frequência efetiva, demonstra que grande parte dos moradores da freguesia procuraram matricular as crianças nas escolas. Ou seja, em 1874, das 5.882 crianças livres registradas pelo Censo, cerca de 10% estavam matriculadas nas escolas municipais, sendo a maioria brasileira, entre os 7 e os 14 anos de idade.

Em função da insuficiência dos dados, procederemos a um salto de seis anos. Os números registrados pelo Ministério do Império, relativos ao ano de 1880, demonstraram que a matrícula nas Escolas de São Sebastião sofreu ligeira decadência em termos absolutos. Porém, mais do que registrar a matrícula, o Inspetor Geral apontou que o número das matrículas não correspondia efetivamente ao número de alunos que frequentaram regularmente as aulas. Dos 333 meninos matriculados, apenas 195

---

<sup>46</sup> Cf. *Relatórios do Ministério da Justiça*. 1875 - 1880. Autoridades policiais e Ministros da Justiça reclamavam constantemente do trânsito de crianças e jovens portugueses e italianos na cidade, trabalhando em diversos ofícios ambulantes e na venda de folhas.

<sup>47</sup> É interessante registrar que o Censo de 1890 apontou, em Santana, entre um total de 40.880 habitantes, 32.201 alfabetizados, sendo que a maioria era brasileira (22.789). Dos 22.123 estrangeiros residentes na freguesia, 9.412 sabiam ler e escrever, o que vem demonstrar, como defenderam Gladys Ribeiro e Martha Esteves, que os imigrantes europeus possuíam o mesmo tipo de instrução que o trabalhador nacional, destruindo, na prática, o mito da “superioridade” do trabalhador estrangeiro. *Opus cit.*, p. 222. Portanto, a instrução primária nas escolas públicas visava também atingir os estrangeiros recém chegados à Corte, de modo que instrução, imigração e formação de uma mão-de-obra livre eram questões relacionadas e interdependentes no período 1870-1880.

freqüentaram e das 251 meninas, 133 assistiram às aulas primárias no ano de 1880.<sup>48</sup>

Mais do que atestar a ineficácia da ação dos poderes públicos em desenvolver a instrução primária, os dados atestam um outro lado do problema, muito pouco abordado, talvez pelas dificuldades impostas pela inexistência de documentação: o da possível resistência das crianças, notadamente as das camadas mais pobres, em freqüentarem as escolas públicas.

Neste aspecto, não há como deixar de perceber que a idéia da importância da educação pública e da necessidade de instrução primária, apenas estava começando a ser veiculada de maneira mais contundente, por parte dos setores públicos e das iniciativas individuais, no período de 1870-1880. Por outro lado, considerando que a matrícula na Escola Municipal de São Sebastião, no ano de 1874, não foi tão inexpressiva em relação ao total da população escolar da freguesia, é preciso pensar em algumas hipóteses para tentar explicar as causas possíveis que levavam ao possível “abandono” das escolas por parte dos alunos. Por falta de depoimentos dos próprios alunos, tentemos “ouvir” e interpretar as explicações contidas em outros documentos.

Segundo alguns críticos, os métodos tradicionais, a despeito das inúmeras propostas de renovação pedagógica, predominavam na maioria das escolas públicas. A palmatória, o castigo corporal - proibido desde o Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854 - continuavam sendo instrumentos de disciplina e penalização dos alunos nas classes. A memorização dos textos, das máximas morais e da taboada conferiam à escola um aspecto entediante e improdutivo, sendo as crianças obrigadas a conhecer as matérias de “cor e salteado”, avaliadas nas tradicionais sabinatas de sábado.<sup>49</sup>

Os exames públicos, realizados anualmente na Secretaria de Instrução Primária e Secundária da Corte, também foram responsabilizados

---

<sup>48</sup>Relatório do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte. ANEXO ao Relatório do Ministro do Império, 1881.

<sup>49</sup>Sobre as críticas às escolas públicas e seus métodos pedagógicos ver, principalmente, *A Eschola do Povo*. Conferências proferidas por Menezes Vieira, 1874. A proposta republicana dos “cursos livres”, mesmo considerando o caráter político das críticas, enfatizava os problemas da educação imperial, baseada na repetição, na memorização dos temas, no silêncio e rígida disciplina das crianças. Também neste sentido, algumas pessoas da “geração de 1870” caracterizavam as escolas do período imperial, em depoimentos colhidos por Gilberto Freyre, publicados em *Ordem e Progresso*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora/ Instituto nacional do Livro/ MEC, 1974. 2 vols. Igualmente relevante é o depoimento do professor Manoel José Pereira Frazão que, em Conferência Pedagógica, na Escola Pública da Glória, 1875, criticou os métodos tradicionais que impunham os meninos ao silêncio como prova de disciplina. Mesmo se tratando de um período anterior, é interessante verificar a caracterização da escola primária feita por Manoel Antonio de Almeida, em *Memórias de um Sargento de Milícias*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Brasileira, 1959.

pela “debandada” das aulas primárias. As mesas de exames, simbolizando o aparato do poder público e as hierarquias existentes na sociedade, representavam um obstáculo aos alunos das escolas públicas. Os Inspectores Gerais e os professores primários insistentemente reclamavam da recusa dos alunos a prestarem, quando estavam “prontos” nas matérias do primário, os exames públicos.<sup>50</sup>

Os professores e propagadores da Instrução Pública afirmavam constantemente, na época, que a maioria das crianças provenientes de famílias pobres se retiravam - ou nem mesmo se matriculavam nas escolas - porque eram desde cedo destinadas ao trabalho doméstico ou à aprendizagem de ofícios. Alguns alegavam que, depois de aprender o elementar, ler, escrever e contar, mínimo necessário para a colocação das crianças e jovens nas atividades de comércio e em alguns ofícios, os pais retiravam os filhos das escolas.<sup>51</sup>

Exames públicos, métodos tradicionais, castigos físicos, trabalho infantil, indiferença em relação à instrução primária, pobreza e falta de recursos dos pais, falta de escolas e de aplicação do princípio da obrigatoriedade, desinteresse dos alunos pelo ensino, todas essas foram causas apontadas para a exígua freqüência nas escolas públicas municipais primárias existentes na Corte, entre os anos 1870 e 1880.

Além disso, é bem possível que muitas dessas crianças e suas famílias - quicá a maioria - não estivessem tão “convencidos” dos “benefícios” que a instrução primária e a educação escolar supostamente poderiam lhes trazer, nas suas condições práticas de vida. Em outro caso deveriam estar aqueles que, atribuindo alguma importância à aquisição da instrução elementar, depois de aprender a ler, escrever e contar, saíam das escolas, denunciando talvez, mais do que o “abandono” da escola, uma estratégia e uma tática de vida, uma “arte” - ou, como quer Michel de Certeau, os usos diferenciados que as classes populares fazem dos produtos e símbolos culturais dominantes. Aprendendo o que de fato lhes interessava, as crianças pobres podem ter “usado” a escola em seu proveito, deixando de lado os valores, a cultura, e o saber que ali lhes eram impostos.<sup>52</sup>

Porém, para investigar hipóteses tão arriscadas como estas aqui ensaiadas, faz-se necessário novos investimentos de pesquisa, novos enfoques e perspectivas teórico-metodológicas no campo da história social

---

<sup>50</sup>Ver, por exemplo, Relatório do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, José Bento da Cunha Figueiredo, 1871. ANEXO ao Relatório do Ministério do Império, 1871.

<sup>51</sup>Estas afirmações foram freqüentemente encontradas nos relatórios da Inspeção Geral da Instrução Pública e nas Conferências de alguns professores primários. De uma maneira geral, as interpretações oficiais atribuíram as causas da baixa freqüência escolar à “ignorância / incúria/ irresponsabilidade/ exploração do trabalho” dos pais pobres. Ver, *Relatórios do Ministério do Império*. 1870-1889.

<sup>52</sup>DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. As artes de fazer*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1990.

da educação. Resgatar as experiências, as dificuldades, as memórias e histórias de alunos e alunas, mestres e mestras-escolas nas cidades, vilas e no interior deste país, é, enfim, parte de uma outra e longa história, que clama por ser desvendada, na escuridão e nos silêncios dos arquivos e bibliotecas nacionais.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha (Esteves). *Meninas Perdidas. Os populares e o cotidiano do amor na Belle-Époque*. RJ, Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. "Mães escravas e filhos libertos": emancipação e espaço feminino nas discussões da Lei do Ventre livre. Artigo apresentado na Conferência de Latin-American Studies Association (LASA), Atlanta, março 1994, mimeo.
- \_\_\_\_\_. O "Império do Divino": Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro. 1830 - 1900. Tese de Doutorado. Depto. de História da UNICAMP, 1996.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. "Proletários e Escravos, Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850- 1872". Cadernos CEBRAP, nº 21, julho de 1988.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 3ª Ed. Guanabara, 1981.
- AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*, Rio 1943.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. RJ, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. SP, Vértice; RJ, Iuperj, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. SP, Cia. das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. SP, Cia. Das Letras, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2ª ed., Lisboa, Presença, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Cultura no Plural*, SP, Papirus, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano. As artes de fazer*, 2ª ed. RJ: Vozes, 1990.
- DEL PRIORE, Mary. (Org. ) *História da Criança no Brasil*. SP, Contexto, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 10ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade*. v. 1. Ed. Graal, 1988.
- FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. KAIIRÓS, 3ª ed., 1983.

- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano, 7ª ed, RJ, José Olympio, 1985.
- \_\_\_\_\_. Ordem e Progresso, 3ª ed. RJ: José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro. Tomos I e II, 1974.
- GERTZE, Jurema. Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre - 1837-1880. Dissertação de mestrado, PUC, Porto Alegre, 1990.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais (Morfologia e História). SP, Cia das Letras, 1989.
- KRAMER, Sonia. A Política do Pré-Escolar no Brasil. A Arte do Disfarce. Achiamé, 1984.
- LEVY, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. História dos Jovens. Época Contemporânea. SP: Cia. das Letras, 1996.
- LOPES, Eliane M. Perspectivas Históricas da Educação. Atica, 1989.
- MANACORDA, Mario Alighiero. Historia de la educación. Vol. 1: de la antigüedad al 1500. Vol. 2: del 1550 a nuestros días. Siglo veintiuno editores, 2ª ed., 1987.
- MARTINEZ, Alessandra Frota. Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial. 1871-1889. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Educar e instruir: olhares pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX” IN: Olhares sobre a criança no Brasil, perspectivas históricas.. Amais, CESPI/USU, 1997.
- MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial. SP, Hucitec, 1990.
- MATTOSO, Kátia Queirós. Família e Sociedade na Bahia do século XIX. SP: Corrupio, 1988.
- MOTT, Mª Lúcia de Barros. “A criança escrava na literatura de viagens”. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas., dez. 1972.
- NEVES, Maria de Fátima. Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX. Dissertação de mestrado em História, USP, 1993.
- NUNES, Clarice. O passado sempre presente. SP, Cortez, 1992.
- POMPÉIA, Raul. O Ateneu. Crônicas de Saudades. Ática, 1986.
- RIBEIRO, Gladys Sabina.& ABREU, Martha. “Cenas de Amor: Histórias de Nacionais e Imigrantes”. A Mulher e o Espaço Público. Revista Brasileira de História. SP: ANPUH, nº 18, 1989.
- ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia de Aquino . A Era das Demolições/Habitações Populares. Coleção Biblioteca Carioca, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1986.

SOARES, Carlos Eugênio L.. A Negregada Instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Carioca, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994.

THOMPSON, E. P. "A Infância". A Formação da Classe Operária Inglesa. 3 Vols., 2ª ed., RJ, Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_ "La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? "  
IN: Tradición, Revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial. 3ª Ed. Barcelona, Editorial, 1989.

\_\_\_\_\_ Senhores e Caçadores. RJ, Paz e Terra, 1987.